

Publicado em 17 de janeiro de 2024

## **PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

**PORTARIA PGM Nº 02/2024-** Estabelece parâmetros a serem observados pela Procuradoria Geral do Município no que tange a estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais ajuizadas contra o Município, que possam representar riscos fiscais.

**O PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º do art. 6º da Lei Municipal nº 3.359 de 06 de julho de 2018, e considerando a necessidade de prestação de informações por parte da Procuradoria-Geral do Município - PGM para confecção do Anexo de Riscos Fiscais previsto no §3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Considerando o relatório “Justiça em Números”, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ e publicado no ano de 2023; Considerando que as informações prestadas pela PGM serão utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Município, destinadas a compor a prestação de contas anual do Prefeito; Considerando a necessidade de padronização dos critérios utilizados pela PGM na elaboração dessas informações, bem como o teor da

Resolução PGM nº 42/2023, **RESOLVE:**

**Art. 1º** A estimativa temporal do impacto financeiro das ações judiciais movidas contra o Município que possam representar riscos fiscais, referente ao exercício de 2024, será aferida de acordo com os prazos estabelecidos nos Anexos I e II da presente Resolução.

**Parágrafo Único.** A estimativa de que trata o caput corresponderá ao somatório do tempo médio de trâmite do processo judicial na fase de conhecimento, de acordo com o Tribunal em que se encontra e do tempo médio de execução do julgado, de acordo com o órgão responsável, subtraído o tempo já transcorrido.

**Art. 2º** O termo inicial utilizado para estimativa temporal do impacto financeiro será o ano da distribuição do processo judicial.

**Art. 3º** Compete ao Gabinete da Procuradoria Geral do Município atribuir, com base nos parâmetros definidos na presente Resolução, o tempo estimado para o impacto financeiro das ações judiciais que compuserem o relatório de riscos fiscais elaborado para o exercício seguinte.

**Art. 4º.** Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

**ANEXO I – Estimativa Temporal dos Processos na Fase de Conhecimento Por Tribunal**

| <b>Tribunal ou Órgão</b>                   | <b>Estimativa Temporal</b> |
|--|----------------------------|
| Supremo Tribunal Federal                   | 2 Anos                     |
| Superior Tribunal de Justiça               | 1 Ano                      |
| Tribunal Superior do Trabalho              | 2 Anos                     |
| Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro      | 4 Anos                     |
| Tribunal Regional Federal da 2ª Região     | 2 Anos                     |
| Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região | 2 Anos                     |
| Turma Recursal Estadual                    | 2 Anos                     |
| Turma Recursal Federal                     | 3 Anos                     |
| Varas Estaduais                            | 4 Anos                     |
| Varas Federais                             | 3 Anos                     |
| Varas do Trabalho                          | 3 Anos                     |
| Juizado Especial Fazendário Estadual       | 2 Anos                     |
| Juizado Especial Fazendário Federal        | 2 Anos                     |

**ANEXO II - Estimativa Temporal dos Processos na Fase de Execução Por Órgão**

| <b>Tribunal ou Órgão</b>             | <b>Estimativa Temporal</b> |
|--------------------------------------|----------------------------|
| Varas Estaduais                      | 6 Anos                     |
| Varas Federais                       | 8 Anos                     |
| Varas do Trabalho                    | 4 Anos                     |
| Juizado Especial Fazendário Estadual | 2 Anos                     |
| Juizado Especial Fazendário Federal  | 2 Anos                     |